



**II.** Orientação e capacitação de profissionais que atuam com crianças e adolescentes;

**III.** Criação de canais acessíveis de denúncia e encaminhamento.

**§ 3º** A regulamentação disporá sobre diretrizes específicas para a prevenção da adultização precoce em ambientes digitais, de entretenimento, publicitários e escolares.”.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A adultização precoce é um fenômeno cada vez mais presente na realidade brasileira, caracterizado pela exposição de crianças e adolescentes a comportamentos, conteúdos, vestimentas, padrões estéticos ou responsabilidades próprios da vida adulta, em descompasso com sua idade e etapa de desenvolvimento.

Segundo levantamento do Comitê Gestor da Internet no Brasil (TIC Kids Online Brasil 2023)<sup>1</sup>, 93% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos usam a internet, sendo que 44% relataram já ter tido contato com conteúdos inapropriados para sua faixa etária. A exposição precoce a padrões estéticos e comportamentos sexualizados é amplificada pelo alcance das redes sociais, onde imagens e vídeos circulam sem controle efetivo.

Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022)<sup>2</sup> alerta que a erotização e a pressão estética sobre crianças aumentam riscos de ansiedade, depressão e distorção de autoimagem, além de favorecer a violência psicológica. A Organização Mundial da Saúde<sup>3</sup>, por sua vez, aponta

<sup>1</sup> Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). TIC Kids Online Brasil 2023: Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2024.

<sup>2</sup> UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Relatório sobre os impactos da erotização precoce e exposição de crianças e adolescentes a conteúdos inapropriados. Brasília: UNICEF Brasil, 2022.

<sup>3</sup> Organização Mundial da Saúde (OMS). Guidelines on the health and well-being of children in the digital



que a exposição inadequada a conteúdos adultos está associada a impactos no desenvolvimento emocional e social, prejudicando a formação de identidade e autoestima.

No Brasil, o Disque 100 — canal nacional de denúncias de violações de direitos humanos<sup>4</sup> — registrou, em 2024, mais de 18 mil denúncias de violência psicológica contra crianças e adolescentes, número que não inclui subnotificações relacionadas à adultização precoce.

Apesar da gravidade do fenômeno, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990)<sup>5</sup> não o reconhece expressamente, o que limita a clareza jurídica e dificulta a atuação dos órgãos de proteção e responsabilização.

Esta proposição visa suprir essa lacuna normativa, incluindo a definição e o reconhecimento expresso da adultização precoce como forma de violência psicológica, além de estabelecer medidas de prevenção articuladas entre Estado, família e sociedade.

Com isso, busca-se dar maior efetividade ao princípio da proteção integral, previsto no art. 227 da Constituição Federal<sup>6</sup>, e adequar o ECA às novas realidades sociais e tecnológicas, reforçando o dever coletivo de assegurar às crianças e adolescentes um desenvolvimento físico, emocional, social e moral saudável.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2025.

**Deputado CLEBER VERDE**  
**MDB/MA**

environment. Geneva: World Health Organization, 2021.

<sup>4</sup> Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – Disque 100. Relatório de dados de violações de direitos humanos – 2024. Brasília: MDHC, 2025.

<sup>5</sup> BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, Diário Oficial da União.

<sup>6</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

